

Angola ainda não afastou risco de extinção da palanca negra gigante

6 de Março, 2018

Angola ainda não atingiu o ponto de não retrocesso quanto aos riscos de extinção da palanca negra gigante, espécie que sofre ainda com a caça furtiva praticada no seu habitat, apesar dos resultados do trabalho no terreno, avançou a agência Lusa.

A posição foi hoje avançada pelo ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente da República de Angola, Frederico Cardoso, em Luanda, na abertura de um seminário sobre o Programa de Proteção da Palanca Negra Gigante, espécie endémica angolana.

Segundo o responsável, existem neste momento no parque Nacional de Cangandala (província de Malanje) uma manada com mais de 60 animais em condições aceitáveis. Contudo, o mesmo não se pode dizer das cinco manadas, com cerca de 140 animais, que vivem na reserva natural integral do Luando, na mesma província, onde “diariamente são vítimas de caça furtiva com armadilhas e armas de fogo, das queimadas e outros perigos”.

Frederico Cardoso salientou que a guerra, que Angola enfrentou por mais de três décadas, eliminou mais de 90% do efetivo populacional, então estimado, e levou a que 75% dos animais fugissem das suas áreas originais, reduzindo a população atual a apenas cerca de 10% da original.

“O quadro que acabamos de retratar é alarmante e parece-nos natural que a nossa atitude não se compadeça com a passividade. É preciso que ajamos todos de modo concertado e que ajamos agora”, disse o governante angolano.

Em janeiro deste ano, o Presidente angolano, João Lourenço, criou através de um despacho presidencial, o Comité Executivo para o Acompanhamento e Reforço da Implementação das Medidas de Proteção e Conservação da Palanca Negra Gigante.

O encontro de hoje serviu para a identificação das ações necessárias para se assegurar a conservação da espécie, bem como a restauração dos ecossistemas perturbados nos habitats críticos que as sustentam. Para o efeito, pretende-se o envolvimento dos cidadãos nas áreas de presença da Palanca Negra Gigante, na província angolana de Malange, no esforço de proteção da espécie.

De acordo com o ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente da República de Angola, nesta fase de emergência, segundo informações da Fundação Kissama, é necessário a constituição de equipas de gestão, a aquisição de equipamentos e meios de transporte para o patrulhamento, a construção de postos avançados e bases de apoio, a dotação das equipas com meios de comunicação e o reforço das atividades de patrulhamento e fiscalização.

Segundo o coordenador da Unidade Técnica, Vladimiro Russo, para esta fase emergencial seria necessário um financiamento de cerca de 40 milhões de kwanzas (151.887 euros), estimando-se para o ano em curso custos perto do 300 milhões de kwanzas (1,1 milhões de euros).

“São necessidades que temos de satisfazer e desafios que pretendemos vencer de modo articulado, unindo os recursos e a vontade dos poderes públicos com a disponibilidade, o ‘know-how’, a solidariedade e o engajamento de todas as entidades de bem, corporativas ou associativas, coletivas ou singulares, que façam desta causa em prol da preservação da natureza e do ambiente, uma referência importante da sua responsabilidade social”, disse o dirigente angolano.